

O PENSAR E A POLÍTICA EM ARENDT: UMA ANTIGA PREOCUPAÇÃO E UM NOVO IMPULSO

Elzanira Rosa Mello Moreira¹

RESUMO

Nas reflexões de Hannah Arendt, o abismo que se abriu entre filosofia e política em razão da morte de Sócrates, resultou na definição de filosofia como contemplação, em contraposição à ação. Platão, desesperado da vida da polis, passou a descrever dos princípios primordiais que sustentavam o convívio na polis, e de alguns fundamentos das lições de Sócrates. Compreender a tradição é fundamental para Arendt obter respostas acerca do consentimento do ocidente com o ineditismo dos regimes totalitários, cujo maior interesse foi o descarte de seres humanos. Esse acontecimento foi determinante para a autora perscrutar um sentido para a política.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia. Política. Ação. Sócrates

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Pará – UFPA, com ênfase em filosofia política. mello.moreira@live.com.

ABSTRACT

In the Hannah Arendt's reflections, the chasm that opened between Philosophy and Policy in consequence of Socrates's death, resulted on definition of Philosophy as contemplation, in opposition to action. Plato, concerned with polis' life, described the mainly principles that were the base of coexistence at the Polis, and some groundwork and lessons of Socrates. To understand the tradition is so important to Arendt gets answers about occidental consent as the newness of the totalitarian regimes, which the most interesting was the rid of humans. This event was decisive to author inquire a sense to policy.

KEY-WORDS: Philosophy. Policy. Action. Socrates.

1. Introdução

A dicotomia presente na relação entre o pensamento e a política, na concepção de Arendt, tem na condenação de Sócrates a origem desse conflito, e por consequência a definição de filosofia como contemplação, concebida como contraposição à ação. Após ter vivenciado o governo totalitário hitlerista do extermínio injustificado de seres humanos, Arendt lançou-se na recomposição dessa experiência em uma narrativa publicada em *Origens do Totalitarismo*. Nessa obra a autora se direciona para a tradição com o intuito de obter respostas quanto à condescendência do ocidente para com o avanço de tal acontecimento. Sua inquietação era com a politização total da vida humana, constando da subordinação de todos os setores da existência humana ao critério absoluto de validade que culminaram com o extermínio do homem promovido pelo próprio homem. Aturdida diante desse cenário, Arendt traz para o centro da argumentação, nos anos de 1950, a questão referente ao sentido da política. A crise instalada entre filosofia e política, será vista por Arendt como um meio para investigar o sentido da política na tradição ocidental.

É relevante enfatizar que os textos arendtianos trazem em si o germe da ambiguidade sobre a fundamentação que oportunizou o hiato entre filosofia e política. Na mesma trilha argumentativa, a figura de Sócrates, de certa forma fulcral em vários escritos de Arendt, traz em si dupla função: a figura que é empregada para elucidar um momento crucial na história política ocidental, e trazer à luz os elementos contingenciais que circunscreveram o abismo entre filosofia e política; e o Sócrates que se configura como o modelo de pensador, que reúne em si duas esferas de interesse humano supostamente discordante, isto é, a filosofia e a política e, por conseguinte, conduz para a consideração acerca de uma nova relação entre ação e pensamento.

A imensa cisão que separou a filosofia da política teve historicamente seu início com o julgamento e a condenação de Sócrates. Esses fatos estabeleceram definitivamente um marco no

pensamento político, e essa situação de conflito entre filosofia e política se constitui em Arendt uma importante via para investigarmos tal sentido na tradição ocidental, da mesma forma que será tomada pela autora como paradigmático para atualizarmos e compreendermos o sentido hodierno da política. Sócrates, tido como o filósofo que considerava as inúmeras opiniões sem, contudo, expressar a sua própria, era reconhecido por Arendt como o filósofo da igualdade de pensamento e ação, sendo, portanto, o filósofo que mais adequadamente expressa a importância do pensamento para os assuntos humanos. Ele representa a união entre as esferas do pensamento e da política, uma vez que, por meio do levantamento de questões, conduz seus interlocutores a fundamentar suas opiniões utilizando o diálogo como instrumento.² Em sua maiêutica intencionava colaborar com a cidade de modo que seus interlocutores encontrassem a verdade pertinente à sua própria opinião, e assim, cada cidadão pudesse “parir” suas verdades. Sócrates não pretendia educar os cidadãos, mas agir como um moscardo para revelar a verdade própria da *doxa*³ de cada um, tornando-os mais verdadeiros. A intenção de Sócrates era de contribuir com o interesse da cidade, tornando a filosofia significativa, contudo o momento não era propício, posto que Atenas já se encontrava em completa decadência.⁴ Diante disso, Sócrates, teria sido apontado pelos atenienses como alguém que afastava os cidadãos dos interesses e cuidados com a cidade, tal insatisfação se intensificou por coincidir com o declínio da polis.

Sócrates veio a ser o personagem central de uma querela que atravessou séculos, sua morte resultou na delimitação do que viria a ser a tradição de pensamento político no ocidente, e na conceituação da filosofia como contemplação em oposição à ação. A leitura de Arendt sobre o julgamento e morte de Sócrates conduz para a compreensão de que esse fato sublinhou a disjunção entre pensamento e ação. É importante assinalar que a elucidação que Arendt projeta sobre esse fato, conduz à compreensão da noção tradicional de filosofia política, assim como suscita que tal fato seja o ponto de partida para compreender a política no ocidente. A repercussão desse fato refletirá na assimilação da filosofia como princípio absoluto, e a política como sinônimo de

² Na percepção de Arendt, Sócrates queria trazer ao conhecimento de todos a verdade de cada um, de modo que cada um deveria parir suas verdades. Seu método residia no conhecimento da posição do outro no mundo compartilhado, e para isso ele sempre deveria partir de perguntas, com o intento de conhecer a opinião (*doxa*) do outro, pois cria que todo homem tem sua *doxa* e é dela que parte a verdade de cada um. Assim seu papel como filósofo era o de tornar os cidadãos mais verdadeiros. Cf. ARENDT, Hannah. *A Promessa da Política*, Rio de Janeiro: Difel, 2009.

³ A palavra *doxa* significa tanto opinião quanto esplendor e fama e por isso é correlata à esfera política, pois é na esfera pública que todos aparecem e mostram aos outros quem são. É para os gregos, portanto, a elaboração através do discurso “daquilo que me parece”. Cf. ARENDT, 2009, p. 55 – 56.

⁴ Com o fim da guerra do Peloponeso e consequente vitória espartana no ano de 404 A.C, Atenas, derrotada entrou em decadência política e culturalmente.

dominação. Assim, esse conflito pode ter influenciado na análise que o ocidente passou a fazer da política, destacando o aspecto de dominação que passou a prevalecer desde esse momento, como algo inerente à política no mundo ocidental. Todavia, com base na questão que envolve filosofia e política, Arendt levanta a ideia de ação vinculada à compreensão de cidadania, que irá contraditar com a noção de filosofia como fundamentação absoluta, tornando-se objeto de relevante questionamento para a filósofa. É imperioso, no entanto frisar que, para esse artigo o que interessa é a leitura de Hannah Arendt e suas considerações sobre o acontecimento que culminou com a separação entre pensamento e ação, e os caminhos por ela abertos, os quais possam nos permitir compreender a noção tradicional de política e seu significado para o mundo ocidental, e em que momento a filosofia pode se relacionar com a política.

2. A Gênese da Tradição em Arendt

A tradição filosófica ocidental pelo olhar de Arendt tem início com Platão e Aristóteles, quando a *polis* grega se aproximava de seu fim e, portanto sua sociedade já se encontrava politicamente decadente. Nesse cenário Platão e Aristóteles escreveram sua filosofia e, certamente, foram expressivamente influenciados por esse momento. Entretanto, a morte de Sócrates, por seus concidadãos, se constituiu em um abismo histórico, que separou filosofia e política instaurando uma etapa crítica na história do pensamento político. Esse momento crucial marca o início da tradição do pensamento político ocidental, em que Platão fora levado à desesperança pela vida da polis e a descreer de alguns fundamentos das lições de Sócrates, no que diz respeito, ao fato do filósofo não ter conseguido, no momento de seu julgamento convencer os juízes sobre sua inocência e seus méritos.

A persuasão fora muito importante para Sócrates, posto que, como ateniense, a considerava a única maneira de condução dos assuntos da polis. Esse princípio fora essencial na vida da cidade por ser considerado o modo puramente político de condução dos assuntos gregos. A persuasão era para os atenienses a forma política do discurso, ela os distinguia dos outros povos considerados bárbaros, pois não aceitavam o uso da violência, adotavam o discurso, como único possível no encaminhamento de suas questões, já que a retórica se constituía na mais elevada arte e genuinamente política. A incapacidade de Sócrates em convencer seus concidadãos resultou na conclusão para os atenienses, de que os filósofos e sua argumentação, não só não eram úteis à

cidade, bem como estavam inseguros na cidade, uma vez que esta se mostrava hostil e intimidadora para o filósofo, cuja vida era ameaçada em razão da sua verdade e, portanto, não era confiável também para a salvaguarda da memória terrena do filósofo,⁵ posto que, sua memória terrena se incompatibilizava com a *polis* quando o filósofo tentava encaminhar suas inquietudes à consideração de seus concidadãos. No momento que Platão concebe a verdade como absoluta estabelece a sua tirania da verdade,⁶ onde a persuasão perde o sentido, de modo que o temporariamente bom, ou o que pode persuadir os indivíduos não deve mais conduzir a cidade, esta deverá ser conduzida pela verdade eterna, onde não cabe nem a persuasão, e nem a opinião, pois a verdade eterna é aquela de que os homens não podem ser persuadidos, e só poderá ser substituída por outra verdade ainda maior.

Em seu movimento por esclarecer o que poderia estar implícito no julgamento de Sócrates, Platão chega ao seu conceito de verdade, como oposição à opinião, e à sua compreensão de *dilegesthai*,⁷ forma particularmente filosófica de discurso, fundamentalmente oposta à persuasão e retórica, ou seja, uma forma especialmente política praticada na polis. A distinção principal entre ambas é que a persuasão é dirigida para a multidão, enquanto que a *dilegesthai* só é realizável entre duas pessoas. Sócrates, que considerava a importância de ouvir seus concidadãos e de ajuda-los a expor seus pensamentos, auxiliando-os no encontro com a verdade em sua *doxa*, assemelhava-se à parteira que ajudava trazer à luz crianças, assim, ele também ajudava seus concidadãos “parir” suas ideias. Ele considerava que todos têm sua opinião, e que esta oportuniza uma abertura para o mundo, e por isso queria saber como cada um pensava. Arendt argumenta que o erro de Sócrates foi ter conduzido sua defesa na forma da dialética, e insistido no alcance de alguma verdade que fosse validada através da persuasão. Mas, a persuasão não advém de verdades, e sim de opiniões, pois é com a opinião que a arte da persuasão lida e, por isso não conseguiu persuadir os juízes e seus concidadãos.

⁵ Se Sócrates foi levado à morte pela condenação dos cidadãos, provavelmente seria esquecido pela cidade. Portanto, a segurança de sua imortalidade terrena dependia dos filósofos, caso pudessem ser motivados por uma solidariedade particular, específica contrária à solidariedade exercida na polis por seus concidadãos. Ibd., p.49.

⁶ Arendt argumenta que a tirania da verdade de Platão tem em si a imposição da verdade do filósofo, e a pretensão do filósofo em se considerar em um patamar superior, diferentemente da polis que se encontrava no estágio da *doxa*, e por isso no momento em que submetia sua verdade à polis, ela logo se convertia em opinião dentre as demais, o que fazia com que ela perdesse seu caráter distintivo. Ibd., p. 53.

⁷ A *dilegesthai* é o modo do diálogo, onde há a discussão com o outro. É a forma filosófica de discutir, enquanto que a *peithein* é a forma política de encaminhar a discussão, por ter a capacidade de persuadir os que ouvem. Sócrates tentou extrair as ideias dos juízes, e assim não conseguiu persuadi-los. Ibd. p. 54.

O desdobramento dessa questão despertou em Arendt a percepção de que a disjunção entre filosofia e política fora também resultado do conflito entre verdade e *doxa*. A verdade que só pode ser conhecida e contemplada na solidão do filósofo, contrária à *doxa*, mera opinião dos homens comuns. A *doxa* é relacionada com “aquilo que me parece”, se refere ao mundo “tal como ele se revela a mim”; o mundo se revela de maneira diferente a cada ser humano, de acordo com a posição que cada um ocupa no mundo, o que faz com que ela seja relacionada à esfera política, porque é na esfera política, que todos podem aparecer e mostrar quem são. A afirmação da própria opinião, ser visto e ouvido pelos demais, constituía o privilégio da vida pública na polis. O fracasso de Sócrates na tentativa de convencer os juízes e os cidadãos concorreu para Platão demarcar uma oposição entre verdade e opinião, se direcionando ao desprezo pela *doxa* e a pretender critérios absolutos para julgar as atitudes humanas, atribuindo ao pensamento certo nível de credibilidade. Nesse sentido, o desprezo de Platão pela *doxa*, não apenas separou pensamento e ação, mas sobrepôs o primeiro à segunda, de modo a manter a filosofia fora dos assuntos humanos, e ao dirigir seus seguidores para fora dos muros da cidade, os tornou incapacitados para lidar ela.

Na perspectiva de um outro sentido para os assuntos humanos, Platão reclama o governo da cidade para o filósofo, por acreditar ser este o único apto a contemplar o *Bem*, considerado o mais proeminente dos fundamentos eternos. Nesse sentido, ele faz oposição à polis em dois aspectos: primeiro ao asseverar que ao preocupar-se com os assuntos eternos, o filósofo não correria o risco de fazer-se um inútil, conforme a inferência da polis, em razão do filósofo não se preocupar com o bem humano e, segundo afirmando que as questões eternas são mais valorosas e importantes do que belas. Na crença de que o filósofo era plenamente capaz de exercer uma função política, mas também por considera-lo o único apto a contemplar a ideia de *Bem*, Platão elevou a contemplação para além dos feitos humanos e preconizou a relevância do pensar sobre o agir, reduzindo o valor do discurso e da ação como requisitos para a preexistência da política.

A ideia de *Bem* enunciada por Platão na alegoria da caverna, segundo Arendt,⁸ deve ser compreendida no âmbito político, pois foi direcionada à gradação mais alta do *mundo das ideias*. Assim sendo, o *Bem* pode ser referido como aquele, cuja presença ilumina o belo, não podendo ser utilizado. A noção de bem compreendida pela *polis*, tem o sentido de bom-para, isto é, de utilidade, e, não tem um sentido absoluto, é oscilante, não é absolutamente o que é, ou seja, pode ser sempre

⁸ Ibd., p. 51 – 52.

diferente. Para os gregos a distinção entre o bom e o belo, está em que o bom tinha a conotação de ser aplicável, continha em si um componente de uso. Em Platão, a ideia de bem está acima de todas as ideias, é a ideia das ideias, ela ilumina o belo. Sob a perspectiva de iluminar o campo das ideias, Platão pôde se valer das ideias para fins políticos. A compreensão sobre essa questão é que a ideia de bem tem um nexos com o governo do filósofo, e com a formação do governante-filósofo. Nesse caso a ideia de bem se distancia da noção de cidadania e de senso comum exercido na polis, assim como rejeita a *doxa*, passando a referendar o governo de poucos.

A tragédia da morte de Sócrates determinou a oposição da filosofia ao modo político ateniense que tinha por princípio a legitimação e o reconhecimento das deliberações que asseguravam a participação dos cidadãos. Por considerar insuficientes a palavra e a participação dos atenienses em certo contexto, e no intento de um critério superior para a ação política, Platão torna a palavra e a ação incapacitadas para manter a polis. Em vista disso a filosofia tornou-se a esfera propícia para validar a ação política, já que estava apta para apresentar um pressuposto racional, afastado dos interesses e propósitos humanos, que eram exigidos na tradição para o exercício da justiça na polis. Dessa forma, um padrão de conduta universal, estabelecido e concedido pela razão, assumiu o lugar antes ocupado pelo discurso e pela ação dos homens. Por conseguinte a auto-organização dos cidadãos, a legitimação, as deliberações com a participação dos cidadãos, os quais davam sentido étimo à polis, e à concepção de liberdade vivenciada pelos atenienses, foram substituídos por um fundamento externo como exigência para a vida comum. O que quer dizer que o parâmetro metafísico de validação política se consolidou na privação da cidadania, onde o discurso, e a opinião perderam seu espaço de manifestação, sendo substituídos por um padrão absoluto de verdade que legitima a política.

3. A Noção Contemplativa da Ação

O conflito que se seguiu ao julgamento e condenação de Sócrates, entre a filosofia e a polis, é basilar em Arendt para diferir poder de dominação. A filosofia postula o estabelecimento de um fundamento exterior à cidade, como exigência para a vida comum, sem considerar a palavra dos cidadãos, assumindo um caráter de dominação, por surgir fora dos debates, isto é, a partir de um fundamento externo aos cidadãos, buscando uma exigência para justificar o governo absoluto de uns sobre os outros. O poder, de modo contrário surge da *polis*, cuja noção se traduz na auto-

organização dos cidadãos, nos debates e deliberações sobre os interesses da cidade e dos cidadãos, o poder se expressa nas discussões e argumentações sobre os rumos da vida comum, ele é efetivado pelo discurso e pela ação, é mantenedor do domínio público, e conduz à liberdade por esta se encontrar na ação política dos homens. Porém, a filosofia, nos moldes da tradição contemplativa, encontra-se à margem dessa concepção de política, de modo a tornar-se inadequada para tratar com a pluralidade humana, uma vez que se ocupa do homem no singular. A desconsideração dos homens foi também a desconsideração pela diferença, inviabilizando a cidadania, onde o discurso perdeu o valor, e com isso permitiu que a sujeição se instalasse transformando a ação em dominação. O padrão empregado para compreender a ação passou a ser obtido da esfera privada, e deslocado para o âmbito público-político, onde a ação deveria acontecer como atividade dentre os homens.

Conforme a percepção de Arendt,⁹ o conceito de exercício de poder concebido por Platão se constituiu em autoridade na tradição de filosofia política, ele nasce da experiência privada a partir de duas procedências distintas. Uma diz respeito à prática compartilhada entre os gregos, cujo poder fundava-se no domínio de escravos, e se manifestava na relação senhor-escravo; mando e obediência. A outra se referiu à premência do filósofo de fazer-se governante da cidade, o que equivale a impor "ideias" à cidade, que serão geradas na solidão, de forma que, o governo do filósofo afasta a comunicação com os cidadãos tanto pela via do discurso, quanto pela persuasão. É importante notar que as reflexões de Arendt trazem a ideia de que política, segundo a tradição filosófica, está relacionada a governo e dominação, portanto, a uma relação de comando e obediência, em que o filósofo não reconhece a pluralidade dos homens e nega à política o espaço da pluralidade, e das diferenças entre os homens, lançando a política à sombra. A hierarquização entre contemplação e ação é instaurada por Platão com o intuito de uma solução para a contenda gerada com a morte de Sócrates, a partir desse evento Platão reivindica o governo da cidade para o filósofo, por acreditar que somente o filósofo tem a capacidade de conhecer as verdades eternas, ele concentra-se em tornar evidentes as regras absolutas, que darão origem as ações e comandarão os assuntos humanos, fazendo com que as verdades absolutas assumam o lugar das opiniões. Assim, para Arendt, sua cidade é definida como uma tirania da razão, onde o filósofo evidencia seu total desprezo pela *doxa*.

⁹ Ibd., p. 99

A tensão entre filosofia e política, nos leva a compreender que o conhecimento assumiu o lugar da opinião, acentuando ainda mais a divisão entre os que comandam e os que obedecem. Na tradição, em conformidade com Arendt, a pluralidade humana não é considerada, e não é reconhecida como garantia de efetividade do espaço entre nas relações humanas, como aquela que dá ao discurso e a ação a relevância particularmente política por facultar a interação entre os homens, dando sentido ao mundo humano. Se os seres humanos não trouxessem em si diferenças que os tornam plurais, as atividades mais importantes no convívio humano – discurso e ação - não seriam possíveis. Os seres humanos possuem diferenças que os distinguem, mas também, conservam algo que os torna iguais – o status de ser humano -, assim sendo, ação e discurso são inegavelmente atividades políticas porque através delas se expressam as diferenças no pensar e agir, e a igualdade os mantém em convívio, logo, diferença e igualdade fundamentalmente são formadoras dos corpos políticos.

A filosofia não era bem vista pela polis pelo fato de não ter conseguido demonstrar sua importância no sentido de utilidade para a cidade e os cidadãos, o que motivou a polis a nutrir certa desconfiança em relação aos *sophoi*, os quais por muitas vezes eram apontados pelos cidadãos como aqueles que “não sabem o que é bom para si mesmos”, parecendo “ridículos” quando aparecem em praça pública.¹⁰ Mas a morte de Sócrates constituiu o componente crucial para que as relações entre filosofia e política se tornassem definitivamente antagônicas, e como consequência desse fato, a política passou a ser assimilada por Platão como um conjunto de práticas sob o domínio do governo absoluto da razão, e tornou-se acessória em relação à vida contemplativa.

A tradição de filosofia política tem seu início com a degradação da política, e com o desprezo do filósofo pelos assuntos humanos e sua vida em comum. Seu início foi marcado pela desesperança de Platão com a polis, e resultariam na perda e inversão de significados das atividades concernentes à esfera pública comum exercidas na *polis*, conforme salienta Duarte:

A ação perdeu a dignidade do pensamento e do discurso humano (...); o discurso, na medida em que era primariamente um falar com os outros, perdeu sua dignidade para a pura contemplação sem palavras, e foi degradado em falatório irresponsável e arbitrário que expressa opiniões (*doxa*); finalmente o pensamento separado do discurso e da ação, tornou-se um modo de vida ineficiente e não prático no bios theorétikos (...)¹¹

¹⁰ Ibd. p. 49.

¹¹ DUARTE, André. O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 164, (grifo do autor).

A tragédia de Sócrates assinala a instituição das oposições hierárquicas entre verdade e opinião, pensamento e ação, essência e aparência, entre outras, as quais organizaram a tradição filosófica, mas também levou o filósofo a desconfiar e a dissidir da política, tornando-se hostil a ela e levando-a a desconsideração e à perda de sua dignidade, a política passou a ser vista por Platão como o meio de manutenção da vida humana, e não fundada na pluralidade humana. O primado do pensamento sobre a ação, a levou à necessidade de um *telos* ordenado pelo pensamento exterior a si, a partir desse momento a ação política passaria a precisar de justificação por tornar-se destituída de sentido. A ação subordinada a um *telos* exterior a si, resultou em uma forma de “não-ação”¹² – algo que não compreende uma atividade particularmente ativa - como o fim último da ação, que veio a ser a contemplação.

O desprezo pela política expresso como “mal necessário” e a atividade política destituída de um fim em si mesma, e compreendida como meio para algo, atravessa a tradição do pensamento político, desde Platão e Aristóteles até a modernidade. A política ocidental, como nos comunica Arendt, prosseguiu com o modelo procedente da tradição contemplativa, intentando validar-se numa verdade, sem considerar a ação, discurso e participação dos cidadãos, cujo resultado é a supressão das diferenças por grupos monolíticos que não aceitam a profusão de ideias e a multiplicidade de opiniões, e assim, inviabilizam os debates para com isso coibir as divergências. Na base dessa concepção de política se encontra a tradição da filosofia socrático-platônica, a qual foi concebida como instância fundamentadora, razão pela qual, sua forma de pensar apresenta-se inadequada para lidar com a pluralidade humana pertencente ao espaço público, de modo que o público se transformou em universal, e a objetividade racional admitida como critério para legitimar a ação política.

No limiar da tradição ocidental de filosofia política, a política sofre um duro golpe, e daí por diante segue marcada pela indiferença do filósofo e pela certeza de que os assuntos humanos e a vida prática dos homens não merecem grande importância. Mas o filósofo também se interessa pela política, com o fito de garantir que a cidade seja um lugar seguro, para que ele possa dedicar-se inteiramente à filosofia. Porém, o interesse do filósofo pela política tem um vínculo negativo com a sua posição de filósofo, pois receia que o mau gerenciamento das questões políticas possa impedir

¹² Cf. DUARTE, 2000, p. 166.

sua dedicação à filosofia.¹³ Esse receio, o leva a interessar-se pela política, não por aspirar participar dela, mas como não participação para que o espírito possa estar liberado para ocupar-se do eterno, e para isso as necessidades básicas da vida precisam estar atendidas.

Desde o início da nossa tradição do pensamento político, a política passou a incorporar mais do que as atividades conhecidamente como políticas que definiram a polis grega, ela passa a assumir o cumprimento das exigências fundamentais da vida que eram qualificadas pela polis como pré-políticas. Desse modo, a política se estendeu rumo as necessidades indispensáveis da vida, juntando ao desprezo particularmente grego pelas necessidades de manutenção da vida, o desinteresse do filósofo pelos assuntos humanos. Assim, a política converteu-se em um mal necessário no momento em que a preocupação do filósofo com a política passou a acontecer sistematicamente. A apolitia da qual o filósofo se valeu na tradição, tornou-se marcante também para a filosofia pós-platônica. Na tradição ela assegurava ao filósofo proteção contra as desconfianças e hostilidades do mundo a sua volta. Por consequência, os assuntos políticos foram impedidos do âmbito público comum, os quais se apresentam nos espaços onde há convivência humana. A lacuna entre filosofia e política, assinala a tradição do pensamento político no ocidente. Segundo Arendt, a tradição tem início com Platão através da alegoria da caverna, e seu fim ilustrado por Karl Marx no século XIX. No início o problema era a incapacidade para pensar a política, no fim o problema passou a ser o silêncio. Segundo Arendt:

Nossa tradição de pensamento político começou quando Platão descobriu que, de alguma forma, é inerente à experiência filosófica repelir o mundo ordinário dos negócios humanos; ela terminou quando nada restou dessa experiência senão a oposição entre pensar e agir, que, privando o pensamento de realidade e a ação de sentido, torna a ambos sem significado¹⁴.

O fim da tradição, e a separação entre filosofia e política resultaram em perda de sentido da ação e da filosofia, perda da dignidade da política, isto é, a política vista como um mal necessário, o olvidamento da liberdade como objetivo precípuo da política, o equívoco entre os termos poder e violência, do qual decorreram consequências importantes para o âmbito da ação, como a crise de autoridade, o esvaziamento do pensamento e a escalada dos regimes totalitários. A relevância da

¹³ Arendt explica que desde o início da tradição a política existe para os homens que são mortais e encontram-se vivos, enquanto que a filosofia se ocupa dos assuntos eternos, porém o filósofo embora se ocupe com as questões eternas, ele demonstra interesse pela política, para manter a salvo a sua verdade, e a si mesmo. Contudo coloca a política em um plano menor em relação à filosofia, e a política passa a abranger a esfera das necessidades básicas da vida. Cf. ARENDT. 2009, p. 131 – 132.

¹⁴ ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro, 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 52.

cisão entre filosofia e política se encontra em suas consequências, sendo a mais importante delas a perda da dignidade da política, atribuída a uma linha de pensamento filosófico que desconsidera a pluralidade entre os seres humanos, e não enxerga a importância da política tornando-a um mal necessário.

4. A Ideia de Ação Política

Um traço distintivo da contemplação é a representação da política em um âmbito no qual a ação e a participação no domínio público não são substanciais, razão pela qual o enfoque contemplativo nas conclusões de Arendt conduz sempre à dominação. Assim, a política vista sob a ótica da contemplação se encontra na submissão dos homens, onde o poder, representado de forma absoluta, é capaz de invalidar a ação que surge da participação dos cidadãos. A posição contemplativa, tendo em vista a participação, é de oposição entre os que deliberam e os que executam, a ação política é interpretada como "fazer", assim sendo, o agir perde o sentido, sendo substituído pelo fazer. Desse modo, as reflexões arendtianas orientam para uma teoria, com vistas à compreensão do significado político da ação, que tem a cidadania e a participação política dos cidadãos como elementos formadores, que devem integrar qualquer comunidade política e democrática, de modo que nenhum critério possa estar acima e possa substituir a livre deliberação dos cidadãos.

A pluralidade é em Arendt a significação política da ação, ela é a condição fundamental da ação e do discurso, e mantém em si os aspectos da igualdade e da distinção. Nesse sentido, entendemos que os homens são iguais por terem a mesma natureza, são humanos e diferentes entre si, cada homem é um ser único, e essa distinção é revelada pelo discurso e pela ação, pois é através da ação e do discurso que os homens se revelam uns aos outros, não como matéria física, mas *qua* homens. O aparecimento do homem a outros homens, não é meramente tangível, é resultado de uma iniciativa inerente à condição de ser humano, a qual só é possível recusar não sendo um ser humano.

Os homens podem perfeitamente viver sem trabalhar, obrigando outros a trabalharem para eles; e podem muito bem decidir simplesmente usar e fruir do mundo de coisas sem lhe acrescentar um só objeto útil; a vida de um explorador ou senhor de escravos e a vida de um parasita podem ser injustas, mas certamente são humanas. Por outro lado, uma vida sem discurso e sem ação (...) é literalmente morta para o mundo; deixa de ser uma vida humana, uma vez que já não é vivida entre os homens¹⁵.

¹⁵ ARENDT, Hannah. A condição humana, 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, pp. 220 – 221.

O homem é incorporado ao mundo por ações e palavras, essa inserção ocorre por iniciativa própria, porém é impulsionada pela presença dos outros, pelo querer estar na companhia destes. Esse impulso surge desde o nascimento do homem no mundo, e a correspondência a esse impulso ocorre quando, por iniciativa própria, ele dá início a algo novo, de modo que se o agir é próprio do homem, ele é capaz de realizar o inesperado, o inverossímil, pelo fato de cada homem ser único, “a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo”.¹⁶

A pluralidade é diametralmente oposta à posição contemplativa. Na compreensão política de Arendt, sua importância é fundamental no reconhecimento dos cidadãos, de suas opiniões, interesses, e participação na construção da comunidade política, nos deixando evidente que o valor humano é maior do que qualquer valor externo, sendo subsumido no reconhecimento das palavras e participação dos cidadãos. O desprezo pela cidadania levou a tradição a permitir que a dominação se instalasse com total desprezo pela vida humana, traduzido na descartabilidade do ser humano pela esfera política. A impossibilidade da diferença garantida pela tradição contemplativa levou à legitimação da coerção e da violência, em uma esfera própria da persuasão, de domínio da palavra. Essa desvalorização da diferença nas tradições institucionais do mundo ocidental acarretou também, a desvalorização da palavra no espaço público, sucedida por teorias e ideologias que se valem de finalidades de âmbito geral, e desconhecidas como instâncias que legitimam governos e substituem a cidadania.

A noção de pluralidade reporta-se para uma esfera que admite a possibilidade de conciliação entre distinção e igualdade. Nesse sentido, a política não é submetida a um critério absoluto, mas a uma esfera, na qual individualidades tornam-se perenes, essa esfera se destaca por conjugar com cidadania, e desfazer a junção entre política e fundamentações metapolíticas.¹⁷ A dignidade do espaço público não está nele como efetivação da universalidade especulativa, mas encontra-se em possibilitar o espaço apropriado para o reconhecimento dos cidadãos como individualidades vividas no mundo. O espaço público, sendo o espaço da política, é um espaço onde se constitui uma comunidade relativa ao mundo, a comunidade do mundo, que só é possível pela coexistência e associação das diferenças.

¹⁶ *Ibd.*, p. 223.

¹⁷ Cf. DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*, São Paulo: Paz e Terra, 2000.

No pensamento de Arendt,¹⁸ a filosofia nunca encontrou um lugar para a efetivação da política por dois motivos. O primeiro diz respeito à substancialização da política, que admite a existência de certa coisa de político na essência humana. Essa afirmação é improcedente na visão da autora, pois a política não é natural, portanto, não existe substância política. A política nasce entre os homens, no convívio destes. O segundo motivo, vem da noção monoteísta de Deus, de onde diz-se que o homem foi criado à sua imagem. Sobre esse fundamento, essa afirmação encontra sustentação em razão da existência do homem, do qual todos os demais são meras reproduções.

Aguiar¹⁹ compreende que em Arendt a pluralidade pode ser pensada sob a ótica político-filosófica, no sentido de que se por um lado há a oposição à concepção contemplativa de uma exigência unicista e fundamento último, por outro lado, se eleva a convivência entre os homens, como pilar dos organismos políticos, e como esfera pertinente à individualização. A substituição da convivência por uma representação de poder exterior aos cidadãos levou à substancialização do poder, e como a política jaz sobre a pluralidade humana, o poder não pode ser pensado como substancial, pois se abriga em um espaço intermediário e se estabelece como relação.

A política ocidental na atualidade segue buscando se reconhecer numa verdade, recusando a ação, o diálogo, e a participação atuante dos cidadãos. Essa prática, apoiada em um consenso implementado por um único bloco como via de mão única, leva à supressão ou ainda à subordinação total da diferença, tolhendo a discussão como sustentação da participação. A base dessa noção de política encontra-se na filosofia socrático-platônica, tal como foi fundada e exercida pela tradição, tal noção, mostra-se contrária ao modo de pensar que trata com a pluralidade humana inseparável do espaço público, portanto a pluralidade humana contém em si os aspectos da igualdade, e da distinção, mas se concretiza na absoluta diferença dos homens entre si, conforme assinala Arendt. Essa diferença está em cada um, como cada um é, não se trata do caráter relativo da pluralidade que se manifesta entre povos, nações, e considera as opiniões. A política organiza as diferenças absolutas, levando em conta a igualdade relativa entre todos, e em oposição às diferenças relativas. Nesse sentido Aguiar²⁰ argumenta que a pluralidade se manifesta contrária ao consensualismo, isto é, a pluralidade se mostra avessa ao consenso, ao assentimento, pois a política encontra-se na condição de dissentir, de discordar.

¹⁸ ARENDT, 2009, p. 146.

¹⁹ AGUIAR, Odílio. Filosofia e política no pensamento de Hannah Arendt, Fortaleza: EUFC, 2001.p. 76.

²⁰ Ibd., p. 77

Esses argumentos nos permitem compreender que se para a tradição o fundamento externo que determina tal concepção política é o consensualismo, contrária a tradição, a política tem seu embasamento no dissenso. É pelas diferenças que acontecem as relações políticas, os pactos e os acordos, os quais dão início à esfera pública. Se a diferença deixa de existir, o espaço público torna-se sem solidez, e desnecessário. O mundo é constituído pela ação e pela palavra, por isso exige a presença de outrem, que é fundamental na construção do público, do comum. Se para a realidade essencialista, a presença e a troca de pontos de vista são dispensáveis, ocasionando um modo de pensar no qual o outro é excluído, na pluralidade o outro é quem garante a realidade, a realidade é efetivada pelo outro e não por um âmbito externo às relações humanas.

5. Considerações Finais

Nas reflexões de Hannah Arendt, Sócrates é visto como o modelo de filósofo, que procura contribuir com a cidade, auxiliando seus interlocutores a expressarem suas opiniões, buscando assim, um sentido para a filosofia, de modo a considerar no mesmo grau de importância filosofia e política. Sua morte constituiu a etapa crucial da história do pensamento político no ocidente, tal como a condenação de Jesus estabelece o momento decisivo na história da religião.

A cisão entre filosofia e política instaurada com a morte de Sócrates resultou em fundamentos absolutos, e em um novo aspecto. O paradigma da dominação contestado por Arendt se encontra na exigência de legitimação absoluta para a política, e em formas de governo cujas bases não procedem do exercício da cidadania, em um espaço que garanta o agir e o falar sem coação. O aspecto da dominação surge fora dos debates, inviabilizando o autogoverno dos cidadãos, o que delimita uma diferença fundamental em relação à compreensão arendtiana de poder, que é pautado pela participação dos cidadãos e efetivado pelo discurso e pela ação.

Ao investigar o sentido da política, Arendt direciona seus argumentos para defender a liberdade implícita na condição de cidadania, isto é, a livre cidadania como condição precípua capaz de impedir a dominação. Concernente à cidadania, a opinião no pensamento da autora assegura sua relevância na palavra e no consentimento dos cidadãos, pelo qual o poder tem validação política. As ideias defendidas por Arendt se contrapõem invariavelmente à concepções que descartam a cidadania e os cidadãos, e que os coloca à margem das discussões e participação nas decisões de interesse comum, essas perspectivas levam o homem para uma situação de superfluidade em sua

individualidade, permitindo o acesso para a dominação, e a instalação de outras formas mais sombrias de governo.

Contrária às posições que desconsideram a pluralidade dos seres humanos, Arendt define a política como o espaço entre os homens, com suas bases cravadas na pluralidade humana, que traz em si o sentido político da ação. Assim, podemos depreender que sob o olhar de Arendt, a política dignifica a condição humana. O espaço público é também o espaço da autonomia, que está para além das necessidades naturais, e diz respeito às ações humanas em um mundo plural e comum a todos, e pelo qual, todos são responsáveis. Assim a responsabilidade com a política, a renovação e a construção permanente do espaço público, seja talvez o que possa resgatar a dignidade da política.

REFERÊNCIAS

- ARENDR, Hannah. A condição humana, 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- _____. A promessa da política, tradução Pedro Jorgensen Jr. 2ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.
- _____. A dignidade da política: ensaios e conferências, Tradução Helena Martins e outros. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- _____. Entre o passado e o futuro, tradução Mauro W. Barbosa, 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- AGUIAR, Odílio. Filosofia e política no pensamento e Hannah Arendt, Fortaleza: EUFC, 2001.
- DUARTE, André. O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt, São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- PLATÃO. A República, tradução de Carlos Alberto Nunes, 3ª ed., Belém: EDUFPA, 2000.